


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009721-51.2016.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acumulação de Cargos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Gilberto de Aquino propõe ação contra Fazenda Pública do Estado de São Paulo aduzindo que é Delegado de Polícia do Estado de São Paulo e que no período de 15/08/2011 a 16/12/2012, cumulou as funções de Delegado de Polícia e o cargo equivalente a Diretor Técnico II da Seção de Trânsito de Ibaté. Que a partir da edição do Decreto Estadual nº 56.843/11, o Departamento de Trânsito deixou de ser vinculado à Secretaria de Segurança Pública e passou a Secretaria de Gestão Pública, e, mais adiante, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Que diante disso, exerceu funções em duas Secretarias do Estado, não tendo, por isso, recebido qualquer contraprestação, enriquecendo, o Estado, ilicitamente. Que tem direito ao recebimento dos daquela remuneração, com base naqueles percebidos por quem hoje ocupa o cargo de Diretor Técnico II, com remuneração mensal de R\$ 5.905,25. Requereu a condenação do Estado ao pagamento de R\$ 88.578,75.

Em contestação, afirma a ré (fls. 41/50), que não houve desvio de função, nem tampouco cumulação de funções, já que nas atividades exercidas pelo Delegado de Polícia se inseriam aquelas de diretor de trânsito. Requereu a improcedência da ação ou subsidiariamente, a compensação, ou desconto dos valores de elevação salarial em fase de liquidação.

**1009721-51.2016.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A parte autora almeja ser indenizada por locupletamento ilícito do Detran, ao argumento de continuar a desenvolver suas atividades perante este Órgão no período posterior à desvinculação do órgão em relação à Secretaria de Segurança Pública, que a parte autora integra.

A ação é improcedente.

Saliente-se, de proêmio, que na presente demanda a parte autora propõe receber, a título de indenização, o valor da remuneração de cargo público que sequer existia à época em que prestou os serviços, qual seja, cargo Diretor Técnico II de Trânsito, nos quadros do Detran como autarquia, o que somente veio a ocorrer com a Lei Complementar nº 1.195/2013.

Situação a demonstrar, de imediato, que o pleito não tem fomento jurídico, porquanto o equivalente monetário foi buscado pela parte em um momento temporal posterior ao da prestação de serviços, o que nos remete à ideia de dano hipotético.

Indo adiante, o Decreto Estadual nº 56.843/11, ao cuidar da transferência do Detran da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Gestão Pública, estabeleceu, em seu art. 17, que os integrantes das carreiras Policiais Civis, inclusive Delegados de Polícia, então classificados na sede do Detran, nas Ciretrans e nas Seções de Trânsito, passariam a subordinar-se à Assistência Técnica durante o período de transição previsto na lei, sem suportar qualquer tipo de prejuízo. O referido decreto estabeleceu, de fato, um período de transição, que inclusive foi prorrogado por decretos posteriores.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Há que se reconhecer que a parte autora apenas continuou a exercer uma atividade que já exercia anteriormente, e o simples deslocamento do Detran de uma Secretaria para outra, num período de transição, não é fundamento bastante para ensejar o desvio de função alegado. Não houve alteração alguma, em termos de atividade desempenhada.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça:

INDENIZAÇÃO – Locupletamento ilícito. Trabalho desempenhado no período de 09/10/2012 a 14/04/2012 junto ao DETRAN, quando desvinculado da Secretaria de Segurança Pública para se vincular à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional. A subordinação dos delegados de polícia junto ao DETRAN não padece de ilegalidade no caso específico dos autos em razão de autorização expressa pelo Decreto nº 56.483/2011 e alterações posteriores. Indenização indevida. Honorários advocatícios. Réu que na fase de conhecimento não compareceu em Juízo patrocinado por advogado (Revel). Condenação em honorários advocatícios que não se mostra razoável, notadamente pela ausência de destinatário. (Ap. 1017341-72.2014.8.26.0053, Rel. Jarbas Gomes, 4ª Câmara Extraordinária de Direito Público, j. 21/09/2016)

JULGO IMPROCEDENTE a ação e condeno o autor nas custas, despesas processuais e honorários sucumbenciais que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br